

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO TERRITÓRIO ESCOLAR: cartografias iniciais

COPING WITH CHILD SEXUAL VIOLENCE IN THE SCHOOL TERRITORY: Initial cartography

Laís Oliveira Abreu¹, Ana Lúcia Gomes da Silva¹, Daniela Auad¹

ORCID IDS

Abreu LO - <https://orcid.org/0000-0002-2637-5893>

Silva ALG - <https://orcid.org/0000-0002-3880-3322>

Auad D - <https://orcid.org/0000-0002-9805-1708>

RESUMO

Ao considerar o território escolar como locus onde e a partir do qual é possível traçar estratégias de enfrentamento à violência sexual infantil, o presente artigo realiza a cartografia inicial de pesquisas que tematizam o fenômeno, que se apresenta como um desafio para a sociedade brasileira e nos remete à necessidade da presença das discussões de gênero e sexualidade na escola. Desse modo, a partir da perspectiva da equidade de gênero e das pedagogias feministas, ao adotar o método cartográfico, este artigo resulta de levantamento bibliográfico acerca do enfrentamento da violência sexual infantil no contexto educacional brasileiro, considerando o recorte temporal de 2007-2018. Para construção das cartografias, utilizou-se o enfoque metodológico dos procedimentos da revisão sistemática de literatura. As buscas das pesquisas foram realizadas nos catálogos de teses e dissertações da CAPES e da BDTD. Os principais resultados cartografados apontam que no geral o tema tem sido pesquisado por distintas áreas, havendo ainda no campo educacional um número reduzido de pesquisas, tendo em conta, por exemplo, a área da saúde. Os trabalhos encontrados apontam as dificuldades no que se refere ao fomento dos debates que envolvem a temática no ambiente escolar. Daí emerge a urgência de se produzir pesquisas que aprofundem o estudo e relacionem o papel da educação no interior da instituição escolar, no processo de enfrentamento da violência sexual infantil, a fim de contribuir de modo mais significativo para a proteção de meninas e meninos de todas as idades.

Palavras-chave: Educação. Relações de gênero. Violência sexual infantil. Cartografia. Revisão sistemática.

ABSTRACT

Considering the school territory as a locus where and from which it is possible to outline strategies for coping with child sexual violence, this article presents the initial cartography of research that thematizes the phenomenon, which presents itself as a challenge for Brazilian society and in the United States. refers to the need for the presence of gender and sexuality discussions at school. Thus, from the perspective of gender equity and feminist pedagogies, by adopting the cartographic method, this article results from a bibliographic survey about the confrontation of child sexual violence in the Brazilian educational context, considering the time frame of 2007-2018. To construct the cartographies, the methodological approach of the systematic literature review procedures was used. The research searches were performed in the catalogs of theses and dissertations of CAPES and BDTD. The main mapped results indicate that in general the theme has been researched by different areas, and still in the educational field a reduced number of researches, considering, for example, the health area. The works found point out the difficulties regarding

¹ Universidade do Estado da Bahia-UNEB
Autor Correspondente: laiabreu@gmail.com

Recebido em 09 de Julho de 2019; Aceito em 10 de Abril de 2020.

the fostering of debates that involve the theme in the school environment. From this emerges the urgency of producing research that deepens the study and relates the role of education within the school institution in the process of confronting child sexual violence, in order to contribute more significantly to the protection of girls and boys of all ages.

Keywords: Education. Gender Relations. Child sexual violence. Cartography. Systematic review.

INTRODUÇÃO

Ao considerar a centralidade da educação e da escola no processo de proteção de crianças e adolescentes, o presente artigo, a partir de movimentos cartográficos e considerando revisão sistemática da literatura, tem como objetivo central averiguar as principais contribuições das pesquisas realizadas em educação quanto ao enfrentamento da violência sexual infantil no contexto brasileiro no período de 2007 a 2018.

Trata-se, portanto, de um mapeamento inicial do tema de pesquisa que vem sendo desenvolvida junto a um Programa de Pós-Graduação do Estado da Bahia. Para tanto, cumpre-nos explicitar que as revisões sistemáticas se caracterizam como “[...] metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. [...] Serve para nortear projetos, indicando novos rumos para futuras investigações, identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área” (MC e RF, 2007, p. 1). De acordo com Galvão e Pereira (2014, p. 183):

Os métodos para elaboração de revisões sistemáticas preveem: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados.

Com base nos procedimentos elencados por Galvão e Pereira para a elaboração da revisão sistemática, a presente investigação partiu da seguinte pergunta de pesquisa: Quais as principais contribuições das pesquisas realizadas na área de educação quanto ao enfrentamento da violência sexual infantil? E quais dentre elas apresentam a pedagogia feminista como ferramenta pedagógica deste processo.

Portanto, objetivo geral nesta revisão consistiu na realização de levantamento dos dados acerca do en-

frentamento da violência sexual infantil no contexto educacional brasileiro, no período de 2007 a 2018, nas pesquisas em educação disponibilizadas nos portais de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹ e da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDTD).²

O estudo do fenômeno em tela se justifica posto que entre 2011 e 2017, no Brasil, foram contabilizados 184.524 casos de violência sexual. Mediante avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual, o estudo mostrou que 51,2% delas estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos; e destas, 45,5% eram da raça/cor da pele negra; e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno. Estes dados foram levantados e sistematizados pelo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018).

Ainda conforme aponta o Boletim, entre 2011 e 2017, dos 58.037 casos notificados, 31,5% foram contra crianças e 45,0% contra adolescentes. Esses números correspondem ao total de 76,5% dos casos notificados na infância e na adolescência. Ao se verificar o perfil das vítimas, constatou-se que 74,2% das crianças que sofreram violência sexual eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos; 45,5% eram da raça/cor da pele negra; e 3,3% possuíam al-

1 As informações bibliográficas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado publicadas são fornecidas diretamente a Capes pelos Programas de Pós-graduação de todo o país. Em 2013 a ferramenta passou a permitir a pesquisa nos campos resumo, palavras-chave, biblioteca, linha de pesquisa, área de conhecimento, programa, agência financiadora, nível e, caso deseje, a possibilidade de pesquisar em todos os campos. Disponível em: http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02_bt_sobre.html.

2 Segundo a plataforma, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é uma rede distribuída de sistemas de informação que gerenciam teses e dissertações, com texto completo, com a existência de dois atores principais: Provedor de dados (data providers) - administra o depósito e publicação, expondo os metadados para a coleta automática (harvesting); Provedor de serviços (service providers). Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/Content/howWork>.

guma deficiência ou transtorno. Este dado revela o quanto é estruturante o racismo na intersecção com a violência infantil – apontando, não por acaso, que a maioria das crianças são negras, reiterando opressões entrecruzadas que acometem as mulheres negras (CRENSHAW, 2002, 2004, 2016; AKOTIRENE, 2018).

Os dados revelam ainda que, entre as crianças do sexo feminino, a análise das notificações de violência sexual mostrou que 33,8% tiveram caráter de repetição. A casa (em 71,2% dos casos) e a escola (em 3,7%) foram os principais locais de ocorrência, sendo que 61,0% dos eventos foram notificados como estupro. Entre as crianças do sexo masculino, a avaliação das notificações de violência sexual mostrou que 33,2% tiveram caráter de repetição, sendo a residência o local do ocorrido em 63,4%. A escola apareceu como local em 7,1% dos casos.

Em números gerais, 62,0% dos casos foram notificados como estupro; e comparando-se os anos de 2011 e 2017, observa-se um aumento geral de 83,0% nas notificações de violências sexuais. O silêncio por parte das crianças e adolescentes também é parte desse perverso fenômeno. Meninas e meninos muitas vezes não conseguem falar sobre essa violência ou sequer reconhecem o ato sofrido como violento – em razão da tenra idade, das ameaças dos violadores e das complexas questões emocionais e psicológicas que o envolvem. Nesse cenário de apagamento do abuso sexual, e até naturalização da denominada cultura do estupro, a escola desponta como um importante polo de reconhecimento das violências e lócus para seu enfrentamento. Daí a necessidade de entender como as pesquisas em educação têm contribuído para as reflexões e intervenções voltadas ao enfrentamento da violência sexual infantil no e a partir do território escolar.

Dadas estas considerações, o presente texto estrutura-se em seções, nas quais discorreremos sobre o processo epistêmico-metodológico que ancora o estudo, além de apresentar o mapeamento dos achados das diferentes pesquisas produzidas no Brasil no campo da educação e suas principais contribuições, a fim de responder à questão norteadora deste artigo.

AGENCIAR A ESCRITA PARA INTERVIR NA REALIDADE EDUCACIONAL

No campo das ciências, por muito tempo perdeu a hegemonia do paradigma positivista, e algumas vertentes estabeleceram que “apenas aquilo comprovado cientificamente, testado empiricamente, seria verdadeiro” (GHEDIN; FRANCO, 2011, p. 38). Tais vertentes não ofereceram suporte para abarcar as especificidades da educação e de suas práticas educativas, levando em conta que estas estão atravessadas por relações humanas marcadas pela dinamicidade, imprevisibilidade, estão ancoradas nas práticas sociais e que, por tais essencialidades, requerem intervenção na realidade.

Superando a tradição estritamente positivista, Ghedin e Franco (2011) colocam que a pesquisa científica em educação deve criar alternativas que busquem atender aos ideais da ciência, enquanto ferramenta que visa construir uma sociedade mais humana, engajada na transformação social, em prol do bem comum. Isso se coaduna com o que têm proposto, por exemplo, as teorias pós-críticas, ancorando métodos que propõem novos sentidos ao ato de pesquisar.

Nesta perspectiva, a pesquisa científica deve informar implicação; e implicação requer intervenção, movimentos em busca de construção de outras possibilidades, a partir do objeto de pesquisa e das questões que dele decorrem e são apresentadas na realidade. De acordo com Romagnoli (2014, p. 50), “a implicação é um dispositivo de produção do conhecimento e de transformação. [...] Assim o importante para o pesquisador é o que lhe é dado a perceber/intervir por suas relações sociais e coletivas na rede institucional”.

No entanto, para haver intervenção é preciso agenciar a escrita, “ato que comporta tanto o indivíduo que escreve quanto a língua que ele mobiliza para escrever. O que se cria, neste agenciamento maquínico advindo da acoplagem das mãos escrevendo com a língua posta em movimento, é uma subjetividade e uma língua outra” (SOUZA, 2012, p. 28). Diferente da concepção mercadológica, agenciar também é o processo mobilizador que impacta as relações que se estabelecem no processo de escrita e tem potencial de gerar algo novo, a nova língua.

Esta nova língua, articulada à prática pedagógica, dará novos sentidos aos processos interventivos da pesquisa educacional. Esta é nossa aposta e nossa implicação no tema em estudo, haja vista que a pesquisa implicada nos põe a interrogar sobre o significado da ciência que fazemos. Entendemos a ciência integrada em um processo social, econômico e político, consistindo em prática que reflete todas as ambiguidades e contradições da sociedade (GAMBOA, 2012). Este processo pulverizado por contradições, desejos e intencionalidades marca as pesquisas implicadas e nos convoca a agir.

Pensando no processo de criação científica por meio da escrita, no âmbito da pesquisa em educação, esta cartografia inicial do tema de pesquisa por meio do enfoque metodológico da revisão sistemática de literatura agencia várias vozes (em formato de escrita científica), em sua maioria de mulheres pesquisadoras, que se entrelaçam para a construção de algo, que inacabado conduza-nos a novos caminhos para se pensar no enfrentamento da violência sexual infantil no território escolar por meio da pesquisa-intervenção.

A seguir, cartografamos os resultados das pesquisas em nível de mestrado e doutorado entre os dias 05 de outubro de 2018 na CAPES e em 08 de outubro de 2018 na BDTD, considerando o recorte temporal de 2007-2018.

MOVIMENTOS CARTOGRÁFICOS: NOTAS EPISTÊMICO-METODOLÓGICAS DO PERCURSO PERCORRIDO

Considerando que “é no movimento do ziguezaguear que a pesquisa é tecida”, conforme nos apontam Meyer e Paraíso (2014, p. 19-20), construímos nossa cartografia a fim de mapear no cenário brasileiro quais as principais contribuições das pesquisas realizadas na área de educação quanto ao enfrentamento da violência sexual infantil e, entre elas, aquelas que apresentam a pedagogia feminista como ferramenta pedagógica do processo de enfrentamento do fenômeno. Ziguezagueamos pelo território das plataformas online da CAPES e BDTD explorando-as por meio de “[...] avanços e paradas, [...] letras e li-

nhas, na escrita, em nós” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 73).

Os movimentos cartográficos de levantamento dos trabalhos se deram inicialmente considerando as informações das dissertações e teses indexadas na plataforma digital da CAPES. Todavia, o fato de a CAPES não possibilitar o acesso às publicações de trabalhos completos anteriores a 2013, fez com que realizássemos a busca no catálogo de teses e dissertações da BDTD. Esse segundo movimento possibilitou o levantamento de trabalhos produzidos entre 2007-2013, o que nos deu condição de mapear produções construídas no decorrer do recorte temporal delimitado (2007-2018).

As buscas foram realizadas tomando por base os seguintes descritores: violência sexual infantil; violência sexual infantil e educação; violência sexual infantil e práticas pedagógicas; violência sexual infantil e feminismo; violência sexual infantil e pedagogia feminista. O operador (*booleano*) utilizado foi o AND. “O operador booleano AND é usado para restringir a pesquisa, fazendo a intersecção dos conjuntos de trabalhos que possuem os termos combinados” (PIZZANI, 2012, p. 61). Utilizou-se também das aspas para fins de delimitar a busca por trabalhos que contivessem as expressões de busca em seus exatos termos.

Os critérios de inclusão utilizados foram: os trabalhos oriundos de Programas de Mestrado e Doutorado em Educação que relacionassem educação e enfrentamento da violência sexual infantil e temáticas afins (educação sexual, sexualidade e gênero); que apresentassem a pedagogia feminista como ferramenta pedagógica de enfrentamento da violência sexual infantil; oriundos de mestrado e mestrados profissionais em educação de qualquer região do Brasil. Os critérios de exclusão: trabalhos não relacionados à educação anteriores a 2007; que não discutissem o enfrentamento da violência sexual no contexto da educação; oriundo de programas fora da educação.

A seguir, apresentamos alguns achados cartográficos conforme os nossos movimentos nas plataformas digitais da CAPES e da BDTD.

MAPEAMENTO INICIAL – ALGUNS ACHADOS DA REVISÃO CARTOGRAFADA

Na primeira estratégia de busca utilizada encontramos o seguinte quantitativo de trabalhos que elencamos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação de trabalhos encontrados por descritores

DESCRITORES	CAPES	BDTD
“Violência sexual infantil”	25	13
“Violência sexual infantil” AND “educação”	09	03

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Seguindo esta estratégia de busca, com o uso das aspas duplas, para a maioria dos descritores não foi possível encontrar produções.

Ao mudar os movimentos cartográficos de busca, sem a utilização das aspas duplas e, em alguns casos, utilizando filtro temporal, encontramos uma grande quantidade de trabalhos. Ocorre que a busca acaba sendo muito genérica e não permite a seleção de trabalhos que contenham a expressão de busca em seus exatos termos, de modo que aparecem resultados de trabalhos que destoam do objeto desta investigação. Contudo, considerando os nossos critérios de inclusão e exclusão, foi possível selecionar alguns trabalhos que julgamos interessantes para a nossa análise e podem dialogar em alguns aspectos com o nosso objeto de estudo, os quais serão apresentados em quadro abaixo.

Como se vê no quadro 1 supracitado, ao utilizamos o descritor violência sexual infantil entre aspas e sem filtros, na busca feita no catálogo da CAPES, aparecem 25 resultados (produções de 2002 a 2018), sendo 23 dissertações de mestrado e 2 trabalhos de mestrado profissional. A maioria dos trabalhos são da área da psicologia (08). Desses, um específico na área da Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem e outro na Psicologia social; e os demais nas áreas da sexologia (01), ciência jurídica (02), enfer-

magem (02), educação e saúde na infância e adolescência (01), ciências da saúde (01), educação sexual (02), bioética (02), ciências sociais (01), serviço social (01), educação (02) e saúde coletiva (01), mestrado em políticas públicas e desenvolvimento local (01). Entre eles, selecionamos quatro trabalhos: dois na área da educação e dois no campo da educação sexual.

Ao realizar a mesma busca na BDTD aparecem 13 trabalhos. Desses, destacamos quatro cujos títulos despertaram nosso interesse, conforme os critérios de inclusão. Após análise detalhada, dois trabalhos foram descartados. Apesar de os títulos demonstrarem relação com o nosso objeto de busca, quais sejam: Violência sexual infantil: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção – por Spaziani, Raquel Baptista [UNESP], 2013; Contação de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil – por Soma, Sheila Maria Prado, 2014. Tais trabalhos são oriundos da área da Psicologia. Os outros dois são oriundos de Programa de Educação Sexual e por assim se relacionarem com a área de educação, mantivemos para análise. Esses trabalhos aparecem também no banco da CAPES.

Como se vê, mantivemos na nossa seleção não apenas trabalhos estritamente vinculados a Programas de Mestrado em Educação pura e simples. Outros trabalhos oriundos de Programa em Educação que relacionam a educação com outra área afim, a exemplo dos Programas de Educação Sexual e Educação Escolar, foram considerados relevantes para a nossa análise.

Assim, após todo o percurso da busca, selecionamos para análise os seguintes trabalhos, descritos no quadro a seguir:

Quadro 02 – Trabalhos selecionados

Aspectos da pesquisa	Trabalho 01 – UNESP – Mestrado Profissional em Educação Sexual
Autor (a)	Lorena Christina de Anchieta Garcia – 2018
Título	Sexualidade Humana e Educação Sexual: elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino fundamental
Aspectos da pesquisa	Trabalho 02 – UNIOESTE – Campus de Cascavel – Mestrado em Educação
Autor (a)	Katiucia de Oliveira Peres – 2018
Título	A violência infantil e seus reflexos no processo de aprendizagem na comarca de Marechal Cândido Rondon – PR
Aspectos da pesquisa	Trabalho 03 – UNESP – Mestrado Profissional em Educação Sexual
Autor (a)	Fabício Meyer – 2017
Título	Análise do Jogo “Trilha da Proteção”: como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil
Aspectos da pesquisa	Trabalho 04 – Universidade Estadual de Maringá – Mestrado em Educação
Autor (a)	Priscila da Rocha Luiz Bueno – 2016
Título	As políticas públicas na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças no município de Maringá.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 05 – Universidade Estadual de Juiz de Fora – Mestrado em Educação
Autor (a)	Maria Rita Neves Ramos - 2016
Título	Relações de gênero e docência na educação infantil: interfaces entre políticas públicas e abordagens pedagógicas
Aspectos da pesquisa	Trabalho 06 – UNESP – Mestrado Profissional em Educação Sexual
Autor (a)	Rita de Cassia Vieira Borges – 2016
Título	Educação em sexualidade, sexualidade e gênero: desafios para professoras(es) do Ensino Infantil.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 07 – PUC - GO – Mestrado em Educação
Autor (a)	Paula Maria Trabuco Souza – 2016
Título	Contribuições para o processo de formação de professores em educação sexual
Aspectos da pesquisa	Trabalho 08 – UFPE - Mestrado em Educação
Autor (a)	Suelen Batista Freire – 2016
Título	Abuso sexual infantil: sentidos compartilhados por professores
Aspectos da pesquisa	Trabalho 09 – Universidade Estadual da Grande Dourados - RS – Mestrado em Educação
Autor (a)	Andreia Penco Faria – 2015
Título	O Projeto “Escola que Protege” em Dourados/MS: Prevenção da Violência Sexual Infanto-juvenil no Âmbito Educacional
Nível	Mestrado em Educação
Aspectos da pesquisa	Trabalho 10 – UNESP – Doutorado em educação Escolar
Autor (a)	Claudionor Renato da Silva – 2015
Título	Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da grounded theory
Aspectos da pesquisa	Trabalho 11 – UNIPLAC – SC – Mestrado em Educação
Autor (a)	Debora Cristina Costa – 2014

Título	A educação infantil e as manifestações da sexualidade de crianças de zero a seis anos: uma análise sobre a compreensão de professores de centros de educação infantil municipal em Lages
Aspectos da pesquisa	Trabalho 12 – UFL - MG – Mestrado em Educação
Autor (a)	Lívia Monique de Castro Faria – 2013
Título	Violências Sexuais: o borbulhar de discursos de profissionais da educação infantil
Aspectos da pesquisa	Trabalho 13 – UNESP – Doutorado em educação Escolar
Autor (a)	Mayra Rocha Vollet – 2012
Título	O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar
Aspectos da pesquisa	Trabalho 14 – PUC-PR – Mestrado em Educação
Autor (a)	Hilda Maria Zanetti Heller de Mattos – 2011
Título	A questão de gênero e a formação da professora da educação infantil
Aspectos da pesquisa	Trabalho 15 – UFBA – Mestrado em Educação
Autor (a)	Railda Maria Bispo de Jesus – 2010
Título	Abordagens de Gênero e Sexualidade na educação infantil: dilemas, desafios e perspectivas no fazer pedagógico da sala de aula.
Aspectos da pesquisa	Trabalho 16 – UFRS – Mestrado em Educação
Autor (a)	Maria do Rosário Nunes – 2009
Título	Pedofilização e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Após apresentação da lista das pesquisas selecionadas, abaixo apresentamos o mapeamento dos trabalhos por ano, área e região.

Quadro 03 – Classificação dos trabalhos por área e localização

Ano	Quantidade	Nível/Área	Estado e Cidade	Região
2018	02	01 Mestrado em Educação e 01 Mestrado em Educação Sexual	Paraná e São Paulo (Araraquara)	Sul e Sudeste
2017	01	Mestrado em Educação Sexual	São Paulo (Araraquara)	Sul
2016	05	01 Mestrado em Educação Sexual 04 Mestrados em Educação	São Paulo (Araraquara), Goiás (Goiânia), Paraná (Maringá), Minas Gerais (Juiz de Fora) e Pernambuco (Recife).	Sudeste, Sul, Centro Oeste, Nordeste
2015	02	01 Doutorado em Educação Escolar e 01 Mestrado em Educação	São Paulo (Araraquara) e Mato Grosso do Sul (Dourados)	Sudeste e Centro-Oeste
2014	01	Mestrado em Educação	Santa Catarina (Lages)	Sudeste
2013	01	Mestrado Profissional em Educação	Minas Gerais (Lavras)	Sudeste
2012	01	Doutorado em Educação	São Paulo (Araraquara)	Sudeste
2011	01	Mestrado em Educação	Paraná (Curitiba)	Sul
2010	01	Mestrado em Educação	Bahia (Salvador)	Nordeste
2009	01	Mestrado em Educação	Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	Sul
2008	-----	Não foram encontradas produções		
2007	Não foram encontradas produções		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Apesar de a maioria dos trabalhos não explicitarem no resumo e nem na introdução do texto o método científico utilizado, conforme a ordem numérica dos trabalhos apresentados no quadro 02, apresentamos o nosso mapeamento dos métodos a partir das informações contidas nas dissertações (14) e teses (02).

Quadro 04 – Métodos utilizados nos estudos

Pesquisa	Método
1	Estudo de caso
2	Fenomenológico (não deixa claro no estudo)
3	Metodologia LORI 1.5 (Learning Object Review Instrument)
4	Não menciona
5	Não menciona (só tivemos acesso ao resumo)
6	Psicologia Sócio Histórica – Materialismo Histórico Dialético
7	Fenomenológico
8	Teoria das Representações Sociais
9	Etnográfico
10	Vertente construtivista da GT em Kathy Charmaz
11	Estudo de caso – (não deixa claro no estudo)
12	Não menciona (só tivemos acesso ao resumo)
13	Não deixa claro no estudo
14	Estudo de caso – (não deixa claro no estudo)
15	Não menciona (só tivemos acesso ao resumo)
16	Revisão bibliográfica (?) – não deixa claro no estudo

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Por meio dos dados cartografados, apresentamos alguns agenciamentos que podem ser traduzidos em pistas cartográficas, para fins de discutir os resultados apresentados nesta revisão sistemática acerca das pesquisas em educação que discutem o enfrentamento da violência sexual infantil.

ALGUMAS INFERÊNCIAS A PARTIR DAS PESQUISAS CARTOGRAFADAS

Percebemos pelas cartografias apresentadas que os Programas de Pesquisa da Universidade de Araraquara (São Paulo) são os que mais têm desenvolvido pesquisas voltadas aos temas relacionados ao enfrentamento da violência sexual infantil, o que pode ser reflexo do fato de a instituição ter um programa de mestrado profissional em educação sexual. Dessa instituição são também oriundos os dois únicos tra-

balhos de pesquisas encontrados a nível de doutorado. Isso denota a carência de estudos aprofundados sobre o tema nas diversas regiões brasileiras.

Na Bahia encontramos apenas uma pesquisa nos programas de mestrado em educação. Raros também são os trabalhos produzidos nos demais estados da região Nordeste. A maioria é oriunda dos Programas das regiões Sul e Sudeste, haja vista que a maioria dos Programas de Pós-Graduação do Brasil está concentrada nestas regiões. O que nos leva a compreender cada vez mais a importância dos programas de Pós-graduação no Nordeste brasileiro, considerando as assimetrias regionais e as lutas políticas, epistêmicas e de publicação no enfrentamento das relações de poder que se travam para que temas dessa natureza oxigenem a academia e possibilitem fecundos debates e resultados de pesquisas. Como exemplo desta luta, citamos o Encontro de Pesquisa do Nordeste

(EPEN),³ realizado em 2016 em Teresina - Piauí com o tema “Caminhos da Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil: Avaliação, Financiamento, Redes e Produção Científica”.

Cabe ainda destacar, de um modo geral, a partir de avaliação feita pela CAPES (2017), que os programas de pós-graduação vêm crescendo no Brasil. Segundo matéria divulgada pela coordenação,⁴ o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) atingiu o crescimento de 25% no número de programas entre os anos de 2013 e 2016. Nesse período, verificou-se também que aumentaram em 77% os programas de mestrado profissional, em 17% os programas de mestrado acadêmico e 23% a nível de doutorado. Na avaliação de desempenho regional, os resultados sinalizaram uma melhoria das notas de avaliação na Região Nordeste, aumentando o percentual avaliativo em 19%.

Esses resultados mostram que apesar dos desafios circunscritos aos programas de pesquisa, o crescimento apontado nos dados da CAPES sinalizam um melhor desenvolvimento de investigações científicas em diversas áreas nos estados brasileiros. Há mais pessoas pesquisando e ampliando o leque de aprofundamentos reflexivos (teórica e empiricamente) acerca de questões de pesquisa que nos move a pensar, intervir e construir conhecimento. O crescimento da avaliação dos programas do Nordeste demonstra que mesmo com a criação tardia de programas de pesquisa, poucos investimentos e demais desigualdades que atingem a região, há um movimento de resistência que aponta o seu potencial também no campo do desenvolvimento do pensamento científico-acadêmico. O EPEN, citado anteriormente, potencializa esses avanços.

Observa-se nas buscas gerais com os descritores

3 O XXIII EPEN – Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste foi realizado em Teresina, Piauí, de 20 a 23 de setembro de 2016. O EPEN congregou número significativo de pesquisadores atendendo aos seus objetivos de socializar os avanços da produção científica educacional teórica e prática; promover oportunidades de intercâmbio; fortalecer as redes de pesquisas científicas nacionais; e, por essas vias, consolidar os Programas de Pós-Graduação em Educação, notadamente aqueles que se situam no Nordeste. Para maiores informações consultar: <http://www.anped.net.br/epen2016/>. Ver ainda: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/relatorio_atualizado_xxiii_epen_anped.pdf

4 Ver e aprofundar em: <https://www.capes.gov.br/pt/36-noticias/8558-avaliacao-da-capes-aponta-crescimento-da-pos-graduacao-brasileira>

utilizados que há uma razoável quantidade de trabalhos que discutem educação sexual, sexualidade e prevenção da violência sexual contra crianças, alguns especificamente sobre o abuso, outros sobre exploração sexual. Contudo, a maior parcela desses trabalhos é oriunda da psicologia. Tal aspecto evidencia o silêncio social que há sobre o tema e como esse silenciamento atravessa as mais diversas áreas da ciência. Isso denota o quão o assunto está presente nos ambientes terapêuticos, por meio do doloroso relato das vítimas que buscam o tratamento das consequências emocionais e psíquicas geradas pela violência sexual, corroborando com as estatísticas que apontam as drásticas consequências na vida social, emocional e psíquica da criança.

Não é à toa que a pesquisa 02 (ver Quadro 2), dissertação de mestrado de autoria de Peres (2018), ao estudar a violência infantil e seus reflexos no processo de aprendizagem na comarca de Marechal Cândido Rondon - PR apontou que todas as crianças que sofreram violência (aí incluída a violência sexual) apresentaram problemas de aprendizagem. Segundo Santos (2018, p. 10), “é sabido que as vítimas de abuso sexual apresentam maior predisposição a distúrbios cognitivos e psiquiátricos, tais como déficit de aprendizagem, de linguagem, depressão e ansiedade”. Vários dos reflexos das manifestações desta violência são apresentados dentro da escola por meio das dificuldades de aprendizagem oriunda dos transtornos neuropsicológicos, da sexualização precoce, da introversão ou da extroversão exacerbada.

Assim, “os estudos em neurociências têm sido enfáticos em associar de forma substancial uma significativa relação entre as consequências de vivências traumáticas na infância e o desenvolvimento de funções cognitivas e comportamentais na vida adulta” (SANTOS, 2018, p. 10). Deste modo, a violência sexual infantil é um fenômeno complexo que precisa ser entendido como um problema público, de modo que a sociedade e suas instituições possam desenvolver o papel preventivo no sentido de inibir esse crime que dilacera a vida das vítimas. A escola é uma dessas instituições que deve assumir esse dever.

Os trabalhos encontrados abordam em sua maioria a necessidade da discussão da sexualidade e da educação sexual e apontam as dificuldades que se tem no que se refere ao fomento dos debates que envolvem o tema no ambiente escolar. As discussões e as estratégias de enfrentamento e prevenção na escola raramente têm acontecido. O assunto é silenciado. Daí oportuno também pensar em práticas pedagógicas que possam ser difundidas em espaços sociais e educativos para a prevenção da violência sexual.

Sobre o silêncio social que atravessa o assunto, são vários os possíveis motivos para a manutenção de uma tradição que Arruda (2009, p. 13) chamou de “síndrome do segredo”. Segundo Braun (2002, p. 16), esse contexto de silenciamento é decorrente de modelos de laços familiares, caracterizados como “adulocêntrico, falocêntrico e sexista”, o que acaba dificultando o seu rompimento. É preciso entender que “é a partir da educação normativa e não reflexiva que se constrói uma hierarquia na relação de poder, onde o homem é educado para dominar os demais, a mulher para obedecê-lo e a criança para ser submissa a ambos, por serem adultos” (SPAZIANI; MAIA, 2015, p. 69). Assim, emerge a necessidade de se pensar em formas de desnaturalização e de rompimentos dos silêncios em torno do assunto em toda a sociedade e, conseqüentemente, nos espaços escolares.

Um ponto crucial que aparece em quase todas as pesquisas analisadas é a necessidade de formação dos e das profissionais para o trato dos temas que perpassam o enfrentamento da violência sexual infantil, tais como: gênero, sexualidade, diversidade, educação sexual e o entendimento sobre o que é a violência sexual infantil. Esse aspecto da formação é o mais reivindicado pela escola, conforme apontaram as pesquisas, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista empírico.

A estrutura da formação docente oferecida no Brasil não tem dado conta de atender às demandas exigidas na profissão docente e, conseqüentemente, no exercício das práticas pedagógicas – seja no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual infantil ou de qualquer outro tema ou questão social que incida na escola. Para contribuir com a superação das lacunas que envolvem a formação docente, confor-

me Santos (2014, p. 89), há a necessidade de superar o “paradigma de formação centrado na abordagem da racionalidade técnica”, derivado da filosofia positivista. Contudo, ele reconhece que este é um assunto desafiador para as políticas educacionais.

Apontando a escola como espaço privilegiado de transformação social, Cardoso e Silva (2011, p. 56-57) sinalizam as pedagogias feministas como alternativa para a capacitação do corpo docente no que diz respeito às questões de gênero, raça e sexualidade, pondo em evidência saberes historicamente silenciados, temas que estão diretamente conectados ao enfrentamento da violência sexual infantil no território escolar. Alertam, para tanto, a necessidade de modificação dos currículos escolares para fins de atender à demanda de diversidades identitárias dos sujeitos e garantir uma formação integral. A fala deve ser “sem receio, sem preconceito e, principalmente, sem discriminação” (CARDOSO; SILVA, 2011, p. 61).

As pesquisas apontaram o quão é crucial que as discussões de gênero e sexualidade sejam pautadas dentro da educação e, conseqüentemente, na escola. Mas também não deixam de reconhecer o quão esta tarefa é desafiadora. Também sinalizam que a comunidade escolar: reconhece a manifestação da sexualidade das crianças, já que a sexualidade é condição humana; reconhece os preconceitos e violências que perpassam a vida das crianças que estão na escola; reconhece os casos de violência sexual infantil que são revelados dentro da escola, mas que não sabem como agir etc. Deste modo, apesar dos desafios, a omissão não pode ser a regra, visto que o que está em jogo é a dignidade humana dos sujeitos escolares. É evidente que crianças são violentadas sexualmente diariamente e a educação não pode isentar-se da responsabilidade ética e do dever legal que lhe incube no sentido de desenvolver papel preventivo.

Observa-se que os trabalhos merecem um aprofundamento no campo metodológico, alguns não deixam clara a pergunta de pesquisa, os métodos e paradigmas epistemológicos utilizados, e poucos teorizam sobre os aspectos citados, o que evidencia fragilidade e lacuna neste aspecto. A maioria dos resumos não contemplam as informações relevantes da pesquisa, como: problema, objetivos, fundamen-

tações, método e resultados, o que dificulta recuperação das informações. Contudo, todos os trabalhos trazem contribuições imprescindíveis no campo científico, que servem de base para orientação das práticas que podem e devem ser desenvolvidas no âmbito educacional para prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil.

Este aspecto identificado como lacuna nas pesquisas analisadas dificultou a recuperação das informações consideradas relevantes para cartografar os trabalhos. As autoras Silva, A., Silva, Z. e Vieira (2018) ratificam, com base em outros estudos, dificuldades procedimentais na elaboração de revisão sistemática que decorrem dessas fragilidades (sobretudo no que diz respeito ao resumo e delimitação palavras-chave), tais como: demanda muito tempo para realizar a leitura do resumo e outras partes do trabalho, consideradas relevantes, já que é de fundamental importância para a recuperação das informações que serão utilizadas na análise. Além disso, os termos de indexação (palavras-chave) somados aos resumos são os principais produtos dessa atividade. Juntos, eles descrevem o conteúdo de um registro, indicando seus pontos principais, conforme rezam os estudos da biblioteconomia. Nesse sentido, são elementos que facilitam a comunicação do conhecimento e a filtragem dos dados no processo de levantamento das informações necessárias para balizar a análise.

O estudo ainda revelou que não existem trabalhos que se debrucem ou reconheçam as pedagogias feministas como mobilizadoras do enfrentamento da violência sexual infantil. Tal fato põe em evidência a fragilidade e ausência dos aprofundamentos teórico-metodológicos no sentido de reconhecer e enaltecer os feminismos e suas bases epistemológicas como meios necessários para a construção da igualdade entre homens e mulheres, empoderamento dos sujeitos e desnaturalização de preconceitos e violências seculares que são reproduzidas no território escolar.

Das 16 pesquisas selecionadas, 14 foram realizadas por mulheres e apenas duas por homens. As mulheres representam um percentual de quase 98% das produções selecionadas. Apesar das várias assimetrias de gênero entre homens e mulheres bem demarcadas socialmente e da tentativa de apaga-

mento da produção científica das mulheres ao longo da história, esse cenário tem passado por mudanças positivas. Segundo relatório divulgado pela editora holandesa Elsevier, apresentando dados comparativos sobre a produção científica de homens e mulheres em 27 áreas do conhecimento a partir de dados de 11 países (dentre eles o Brasil) e do conjunto da União Europeia, há avanços em direção a um equilíbrio de gênero na ciência ao longo dos últimos 20 anos.⁵

A partir da apresentação das características gerais das pesquisas, vê-se que a maioria das produções encontradas é do ano de 2016. Tal fato é relevante levando-se em conta um período em que as tentativas de apagamento destes debates no campo da educação materializadas em propostas de projeto de lei como o *Escola sem Partido*,⁶ nos discursos contra o que taxaram de *ideologia de gênero*⁷ e na censura investida contra professoras e professores sob a acusação de “doutrinação” eclodiam com força no cenário político brasileiro. Não foram encontradas produções dos anos de 2007 e 2008.

Por meio destas pistas é possível reafirmar que a educação é um campo fértil para problematizar e intervir na problemática do enfrentamento da violência sexual infantil por meio da pesquisa-intervenção. É salutar reconhecer a relevante contribuição das pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação do Brasil, conforme os movimentos cartográficos realizados e as pistas evidenciadas por meio deste estudo. Contudo, ainda há lacunas a serem mapeadas, territórios a serem (des)habitados e ações educacionais engajadas a serem promovidas para fins de interrogar e provocar mudanças em uma realidade social que impacta

5 Para maior aprofundamento ver: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/04/040-043_Generos_254.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

6 Projeto de Lei nº 7180 de 2014, de autoria do Deputado Erivelton Santana, propõe alterar o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

7 Expressão utilizada por linhas conservadoras para se referir de modo estigmatizado às discussões encampadas por movimentos sociais e sociedade civil sobre gênero, sexualidade e temas afins no âmbito da sociedade e na educação.

diretamente no desenvolvimento humano de crianças e adolescentes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da urgência que as violências sexuais na infância e na adolescência demandam e ao considerar as cartografias trazidas neste artigo, observamos que são ainda em reduzido número as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nos diversos Estados Brasileiros sobre o tema da violência sexual infantil e o seu enfrentamento.

Esse quadro de reduzidas pesquisas, tendo em vista o tema em tela, denota o quanto a educação ainda é omissa em relação ao fenômeno do sofrimento infantil e adolescente. Daí emerge a urgência de se produzir trabalhos que aprofundem o estudo da questão e relacionem o papel da educação, no interior da instituição escolar, no processo de enfrentamento da violência sexual infantil, a fim de contribuir de modo mais significativo para a proteção de meninas e meninos de todas as idades.

Evidencia-se ainda que não há preparo docente e, portanto, não há protocolo estabelecido quanto às políticas educacionais e práticas pedagógicas para lidar com essa e outras violências. Uma precedente formação docente inicial e continuada que abarque esse fenômeno na escola – ao lado de outras instituições sociais – é urgente, uma vez que a violência sexual infantil já se apresenta ali, por meio de fenômenos como o fracasso escolar, evasão e profundo sofrimento de alunas e alunos.

Por esta razão a pesquisa-intervenção se põe como uma ferramenta aliada a contribuir com esta lacuna. Dos trabalhos cartografados, duas pesquisas oriundas de um programa de mestrado profissional em educação sexual propuseram intervenções dentro de escolas, uma na perspectiva da formação e outra na perspectiva de apresentar estratégias pedagógicas possíveis para o trabalho do enfrentamento da violência sexual dentro da escola, apresentando uma ferramenta lúdica criada por um grupo de professores para auxiliar na prevenção de violência sexual de crianças de 6 a 12 anos.

Segundo Silva, Sá e Nunes (2019, p. 149), o que demarca a especificidade dos Mestrados Profissionais em Educação (MPE) “[...] é o princípio da aplicabilidade metodológico-epistêmica que prevê, em função das demandas educacionais, a intervenção nos processos educativos, transformações no espaço escolar [...]”. Deste modo, a pesquisa desenvolvida nos Mestrados Profissionais em Educação pressupõe intervenção e transformação no espaço escolar, contribuindo com os tratos pedagógicos para as diversas temáticas que atravessam a sociedade e o contexto educacional.

Assim, vê-se que os mestrados profissionais têm sido um mecanismo de contribuição para impulsionar formação e ações pedagógicas dentro dos espaços escolares para o trato dos temas da sexualidade, educação sexual e da contribuição para prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil, conforme as pesquisas oriundas de Programas de Mestrado Profissional mapeadas nesta investigação.

Este estudo vem contribuir com a pesquisa-intervenção em andamento, intitulada: *Pedagogia feminista no território escolar: devires cartográficos no enfrentamento da violência sexual infantil* desenvolvida num Programa de Mestrado Profissional no estado da Bahia, numa universidade pública. A partir destas cartografias iniciais, o estudo ganha novos delineamentos e se potencializa, apontando lacunas que ainda existem nas produções científicas que vêm sendo produzidas nesta linha temática, especificamente no campo da educação.

Importa ainda destacar que nenhum dos estudos levantados no mapeamento inicial apresentado neste artigo adota o método da cartografia, sendo a nossa pesquisa singular nesta perspectiva, pois a cartografia investiga um processo de produção em que “não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim”. É método *ad hoc* formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari que parte de pistas que permitem o mergulho nos afetos, na subjetividade do pesquisador para entender os movimentos dos paradigmas da ciência (BARROS; PASSOS, 2015, p. 32; COSTA; SILVA; PEREIRA, 2018). O uso do método cartográfico inova por ser processual, essencialmente interventivo e por permitir o mergulho nas

subjetividades do coletivo envolvido no processo de pesquisa. Isso possibilita às pesquisadoras fazerem conexões profundas com as experiências de vida (sua e dos sujeitos), organização dos caminhos a partir das pistas emergidas que levem a uma melhor compreensão do objeto e a transformação da realidade em que se intervém de modo transversalizado.

Deste modo, podemos inferir ainda que a nossa pesquisa e aquelas que aqui apresentamos possuem potencialidades e contribuirão para a área da educação em interface com as diversidades e suas dimensões, com ênfase no enfrentamento violência sexual infantil.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARRUDA, Jalusa Silva de. Defesa e Responsabilização: a prática do CEDECA-BA. In: ARRUDA, Jalusa Silva de; SANTOS, Sandra (Orgs.). **Viva Maria! Viva João!** Construindo estratégias para o enfrentamento à exploração sexual. Salvador: CEDECA, 2009.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Boletim epidemiológico.** Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. v. 47, n. 27, jun. 2018. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRAUN, Susana. **A violência sexual infantil na família:** do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: AGE, 2002.

CARDOSO, Cláudia Pons; SILVA, Zuleide Paiva da. Pedagogias feministas no combate ao racismo e às desigualdades de gênero: uma abordagem perspectivista. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS, Elizete Silva (Orgs.). **Gênero e diversidades na gestão educacional.** Salvador: UFBA-NEIM, 2011, p. 55-68.

COSTA, Váldina Gonçalves da; SILVA, Ana Lúcia Gomes da; PEREIRA, Diego Carlos. Formação de professores/as pesquisadores/as: contribuições e implicações do método cartográfico para as pesquisas em educação. **RECC**, Canoas, v. 23, n. 2, p. 13-27, jul. 2018. Disponível

em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao>>. Acesso em: 20 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

_____. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento:** raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 183-184, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S2237-96222014000100183&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 04 out. 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argus, 2012.

GARCIA, Maria Fernanda. 51% das crianças abusadas sexualmente no Brasil têm de 1 a 5 anos. **Observatório do terceiro setor**, 2019. Disponível em: <>. Acesso: 03 jul. 2019.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, Rosana F. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbfs/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 53-66, 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

SANTOS, José Jackson Reis dos. Sobre saberes construídos com base nas práticas pedagógicas: reflexões introdutórias. In: RAMALHO, Betânia Leite; NUNES, Claudio Pinto; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro (Orgs.). **Formação para a docência profissional – saberes e práticas pedagógicas**. Brasília: Liber Livro, 2014.

SANTOS, Ismael. **Experiências adversas na infância: consequências neuropsicológicas em crianças vítimas de violência sexual**. Ebook, 2018.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos; NUNES, Jacy Bandeira Almeida. Pesquisa nos Mestrados Profissionais em Educação. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 2, p. 143-161, 2019.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Zuleide Paiva; VIEIRA, Lucília Lima. Cartografia inicial das bibliotecas itinerantes do Nordeste brasileiro. In: SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante; RODRIGUEZ, Víctor Amar. (orgs) **Bibliotecas itinerantes: livros libertos, leitura e empoderamento**. Salvador: EDUFBA, 2018, 312 p.

SOUZA, Pedro de. Agenciar. In: FONSECA, Tania Maria Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do, MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 29-31.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015.